



Índice

- 01** [Brasil e Peru investigam possível violência que fez indígenas se deslocarem ao Acre](#)
- 02** [Índios Kanela do Araguaia relatam ameaças e bloqueios na estrada que dá acesso à aldeia](#)
- 03** [MPE investigará ameaças a índios](#)
- 04** [Grupo de violinistas chiquitanos é uma das atrações desta sexta-feira](#)
- 05** [Inscrições abertas para o curso de Cultura Indígena em Embu das Artes](#)
- 06** [Cimi manifesta perplexidade diante de denúncias envolvendo deputado relator da PEC 215, ruralistas e CNA](#)
- 07** [Advogado da CNA receberia R\\$ 30 mil por relatório da PEC 215, denuncia MPF](#)
- 08** [Juventude indígena é tema de conferência em Roraima](#)
- 09** [Empresa brasileira é denunciada por ameaçar indígenas isolados do Paraguai](#)
- 10** [Cai, após 13 anos, liminar que impedia homologação de terra indígena](#)
- 11** [Governo do Amapá entrega barco para comunidades indígenas do município de Oiapoque](#)
- 12** [Assistência Social realiza ação para proporcionar documentação básica à população indígena](#)
- 13** [Maranhão é o terceiro estado com maior número de queimadas do Brasil](#)



- 14 Juiz Federal visita Aldeia Terena de Cachoeirinha e decide pela retomada do processo administrativo de demarcação pela Funai
- 15 MPPA e MPF realizam reunião no Território Quilombola da Amarqualta em Acará
- 16 Comunidades quilombolas do Velho Chico terão encontro em Bom Jesus da Lapa
- 17 Faced oferece especialização em Cultura e História dos Povos Indígenas
- 18 Nota Pública dos acadêmicos indígenas e pesquisadores sobre o novo modelo institucional proposto pelo governo para atendimento à saúde dos povos indígenas
- 19 Atleta da aldeia indígena de Caarapó é aprovado em teste do Audax de São Paulo
- 20 Indígena Guarani reivindica homologação da Terra Morro dos Cavalos -SC
- 21 Organização lança campanha "Não Vote em Ruralista"
- 22 IPUAÇU: Vereador e cacique avalia trabalhos no município e na aldeia
- 23 Premium II - Licitação para construir Reserva Indígena dos Anacés tem vencedora
- 24 Fotógrafo vai registrar 300 etnias indígenas
- 25 Famílias retiradas de terra indígena ocupam sede do Incra em São Luís
- 26 Cultural defense - Indígenas são absolvidos das acusações de tortura
- 27 Indígenas culpam UFGD por evasão exagerada na Faculdade Intercultural
- 28 Quilombolas de SE lutam para manter antigas tradições populares
- 29 Quilombolas maranhenses cobram rapidez na titulação de terras
- 30 Governo realiza mapeamento de áreas de risco em Terra Indígena



Brasil e Peru investigam possível violência que fez indígenas se deslocarem ao Acre
SÍTIO RUVR, 21.08.2014

Os índios recém contactados na fronteira entre o estado brasileiro do Acre e o território peruano se tornam um assunto de importância internacional. Em uma coletiva em Brasília, a presidente da FUNAI informou sobre a implementação de um acordo internacional com o Peru que visa estabelecer as causas de atos de violência que fizeram um grupo de índios isolados procurar contato no território brasileiro.

Em junho deste ano, ocorreu um encontro importante entre um grupo de indígenas isolados, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e representantes de uma comunidade indígena. Os índios desconhecidos, segundo os dados obtidos, vieram do Peru, onde podem ter sido sujeitos à violência por “não índios”, segundo depoimento da FUNAI.

No decurso do contato, que ocorreu desde o dia 27 de junho, uma parte dos índios recentemente contactados padeceu gripe e foi-lhes administrado remédio. Não sem conversa, afirmam os integrantes da missão da FUNAI. Os intérpretes da etnia ashaninka, moradores da aldeia Simpatia, foram os que conversavam com o “povo do rio Xinane” (nome com o qual se conhece o grupo contactado), conseguiram convencer os nômades que era necessário tomar remédio e que não era algo mau.

Segundo informações da FUNAI, contactada pela Voz da Rússia, os índios não correm atualmente nenhum perigo de disseminação da doença.

A Fundação, agora, vai reativar de maneira permanente a Base Xinane da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) para determinar as possíveis ameaças que correm as vidas e os territórios dos indígenas. As ameaças podem até ser internacionais.

Os relatos de atos de violência sofridos pelos indígenas no Peru viabilizam as medidas “que buscam averiguar os fatos relatados e programar um plano de ação no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a FUNAI e o governo peruano em março deste ano, com vistas à proteção dos povos indígenas isolados transfronteiriços e ao monitoramento territorial na região”, segundo o depoimento da FUNAI.

Agora entrou em vigor a fase de intervenção do Plano de Contingência para Situações de Contato, que prevê “diminuir o impacto do contato”. Principalmente, isso significa atendimento à saúde deste grupo “de forma imediata, eficaz e preventiva” e também estabelecimento de uma “relação de confiança entre os servidores, os povos vizinhos e os isolados”.

Coletiva na FUNAI

Em 12 de agosto, na sede da FUNAI, em Brasília, aconteceu uma coletiva de imprensa sobre

CONT.



os índios isolados, da qual participaram a presidente da Fundação, Maria Augusta Assirati, o coordenador-gera I de Índios Isolados e Recém Contactados, Carlos Travassos, o coordenador de Proteção e Localização de Índios Isolados, Leonardo Lenin, e a diretora do Departamento de Atenção à Saúde Indígena da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), Danielle Cavalcante.

O encontro foi dedicado à situação dos índios contactados no Acre e os assuntos e desafios atuais da FUNAI. A íntegra do vídeo pode ser acessada através do site da FUNAI.

O primeiro tema abordado foi o problema do contato. Hoje, a Fundação Nacional do Índio trabalha sob a premissa de não contato. A ideia é deixar os índios escolherem o seu próprio modo de viver, sem levá-los de vez à sociedade brasileira.

Segundo Leonardo Lenin, existem três situações de contato, a primeira delas sendo contato com grupos do seu entorno ou com a FUNAI desejado e estabelecido pelos próprios indígenas isolados. Na segunda situação, o contato é provocado por comunidades do entorno. A iniciativa do contato vem da FUNAI mesmo só em caso de intervenção necessária para garantir a sobrevivência dos grupos de indígenas isolados. Segundo Lenin, tais casos são raros e "excepcionais, tendo acontecido a última vez em 2007.

Carlos Travassos, que tinha estado no local com os índios isolados perto da aldeia Simpatia, comentou que esse caso foi da situação do primeiro tipo, já que foram os próprios índios que manifestaram a vontade de contato. O especialista destacou o papel dos índios da etnia ashaninka, que habitam a aldeia Simpatia, que avisaram a FUNAI e ajudaram a estabelecer o contato, criando uma atmosfera pacífica e livre de conflito possível.

Segundo Travassos, o contato é muito importante inclusive para os brasileiros conhecerem o Brasil: "Eles passam a conhecer a nossa sociedade, e a gente passa a conhecer um pouco a sociedade deles", disse o especialista. Depois, ele especificou várias das diferenças das sociedades, por exemplo, os indígenas desconhecem a noção de propriedade. Talvez isso possa ter sido a causa dos atos de violência e "pressão" relatados: os índios podem pegar em objetos e levá-los embora sem avisar aos que eles pertenciam.

As causas das pressões supostamente praticadas contra o grupo agora estão sendo investigadas em conjunto com o governo peruano. A presidente da FUNAI destaca que ainda não se pode afirmar com certeza que os índios foram sujeitos a atos de violência no lado peruano da fronteira, porém os territórios indígenas situados no lado brasileiro estão sendo "frequentemente" monitorados, o que reduz consideravelmente a possibilidade de ataques. O trabalho agora é "intensificar as relações internacionais" para investigar este caso, que afeta o território monitorado também pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Já Danielle Cavalcante, da SESA, afirma que os indígenas não correm risco de contrair doenças contra as quais não possuem imunidade.

Carlos Travassos ainda afirmou que não se conhece o número exato de índios pertencente ao grupo descoberto, devido à premissa de não contato. O primeiro contato envolvia sete

CONT.



indivíduos.

A região amazônica é um conjunto de territórios que hospeda pelo menos 26 grupos confirmados de índios isolados do lado brasileiro. É um desafio importante para a sociedade e para o Estado garantir a possibilidade de preservar o modo de viver tradicional e próprio aos indígenas, para que eles possam escolher o que eles querem ser. E isso é todo um conjunto de ações, que incluem também a proteção do meio ambiente e a prevenção de possíveis perigos, como atividades de madeireiros ilegais.



Índios Kanela do Araguaia relatam ameaças e bloqueios na estrada que dá acesso à aldeia

SÍTIO EXPRESSO MT, 21.08.2014

MPF instaura inquéritos para acompanhar o pleito dos indígenas para a demarcação do território e as ameaças feitas às lideranças da etnia Kanela, em Mato Grosso

O Ministério Público Federal está investigando as ameaças sofridas pelos índios da etnia Kanela do Araguaia, bem como os bloqueios que impedem o acesso à Aldeia Porto Velho, situada nas margens do rio Tapirapé, entre os municípios de Santa Terezinha e Luciana, na região nordeste de Mato Grosso. Ainda sem um território demarcado, a história dos índios Kanela do Araguaia registra constantes deslocamentos por conta das ameaças sofridas pela etnia, cujas origens estão no Maranhão.

Um dos inquéritos instaurados pelo Ministério Público Federal investiga as dificuldades de acesso aos territórios tradicionalmente ocupados por membros da etnia indígena Kanela, na região da Aldeia Porto Velho, em razão de obras na rodovia MT-100 e bloqueios de estradas por fazendeiros. A obra da rodovia MT-10 encontra-se embargada em razão da ausência de licença ambiental.

O outro inquérito civil vai acompanhar a demanda da etnia Kanela pela identificação, delimitação, demarcação e regularização das terras ocupadas por eles nas margens do rio Tapirapé. O Ministério Público Federal já solicitou informações para a Funai sobre o tramite dos estudos relativos ao pleito dos indígenas.

Os índios Kanela saíram do Maranhão nos anos 40 em decorrências das ameaças sofridas por eles e passaram a viver em Mato Grosso, na região dos rios Araguaia e Tapirapé.

Os primeiros registros da presença dos Kanela no noroeste de Mato Grosso, são da década de 1950. Apesar das constantes violências e perseguições, algumas famílias permanecem na aldeia Porto Velho, às margens do rio Tapirapé, localidade em que reivindicam o reconhecimento de seu território. A maioria dos indígenas mora nas cidades vizinhas da região em condições precárias e com o desejo de ver o povo Kanela novamente reunido. Atualmente os índios Kanela são uma população de aproximadamente 800 pessoas.

“Quando chegamos em Mato Grosso, lembro como hoje, foi em 55, em 58 os agrimensores desceram medindo essas terras todas de Mato Grosso. Chegamos em Luciara e foi acabando a possibilidade de nós morar juntos, os fazendeiros foram empinhando e aí ficamos. Aí voltou um bocado para Santa Terezinha e outros ficaram em Luciara... Então, o meu desejo que eu tenho dentro de mim é de ainda, velha como estou, aos 64 anos, mas eu ainda tenho o desejo de morar junto com toda essa família”, diz trecho da declaração da indígena Joana registrada na Nova Cartografia Social da Amazônia, no fascículo que trata do povo indígena Kanela do Araguaia.

CONT.



"O prazer e o sonho de todos os Kanela é ter o seu território. A partir do momento que nós conseguimos o nosso território, que nós aldear dentro dele, aí nós vamos começar a ter a nossa identidade original, entendeu? Porque a primeira identidade, que é a principal do índio, é a sua cultura, o idioma, o índio sem a sua cultura não é índio. Então, quando nós aldear, o meu sonho e o meu prazer é buscar a nossa cultura", registra Pedro, índio Kanela, também na Nova Cartografia Social da Amazônia.

Na mesma publicação, Pedro reafirma: "a gente como Kanela o que mais a gente quer é sobreviver da terra... A cultura branca nos oprimiu de forma que nos tirou a nossa identidade, o que a gente mais luta é o resgate dessa identidade e essa identidade não representa somente a nossa cultura, mas o nosso espaço onde nós possamos habitar, criando nossos filhos, vivendo em comunidade".



MPE investigará ameaças a índios
SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 00.00.2013

YURI RAMIRES
Da Reportagem

Dois inquéritos foram instaurados pelo Ministério Público Federal para investigar as ameaças sofridas pelos índios da etnia Kanela do Araguaia e os bloqueios que estão impedindo o acesso à Aldeia Porto Velho, situada nas margens do Rio Tapirapé, na região nordeste de Mato Grosso. Com origens no Maranhão, a história da etnia é marcada por deslocamentos constantes por conta das ameaças sofridas e, por isso, ainda continuam sem um território demarcado.

O primeiro inquérito vai investigar as dificuldades de acesso aos territórios tradicionalmente ocupados pelos índios, tendo em vista as obras na rodovia MT-100 e bloqueios feitos por fazendeiros na estrada. A obra da rodovia foi embargada, tendo em vista a ausência da licença ambiental.

O segundo inquérito irá acompanhar a identificação, delimitação, demarcação e regularização das terras ocupadas pelos Kanela nas margens do rio Tapirapé. Foi solicitado à Fundação Nacional dos Índios (Funai), informações sobre o tramite dos estudos relativo ao pleito dos indígenas.

Na década de 1940, os índios Kanela migraram do Maranhão em decorrência das ameaças sofridas e passaram a viver em Mato Grosso. Os primeiros registros da presença dos índios no noroeste do estado são da década de 1950. Apesar das constantes violências e perseguições, algumas famílias permaneceram na Aldeia Porto Velho.

Desde então, eles reivindicam o reconhecimento do local como território indígena.

A maioria deles reside em cidades vizinhas da região, em condições precárias. Atualmente a população de índios Kanela atinge cerca de 800 pessoas. O desejo de muitos deles é ver o povo reunido novamente.

LUTA PELA IDENTIDADE – Aos 64 anos, a indígena Joana, registrou uma declaração na Nova Cartografia Social da Amazônia, no fascículo que trata do povo indígena Kanela do Araguaia, dizendo que ter toda sua família morando junto é um dos seus sonhos.

“Quando chegamos em Mato Grosso, lembro como hoje, foi em 55, em 58 os agrimensores descenderam medindo essas terras todas de Mato Grosso. Chegamos em Luciara e foi acabando a possibilidade de nós morar juntos, os fazendeiros foram empilhando e aí ficamos. Aí voltou um bocado para Santa Terezinha e outros ficaram em Luciara. O meu desejo que tenho dentro de mim é de ainda, velha como estou, aos 64 anos, mas eu ainda tenho o desejo de morar

CONT.



junto com toda essa família”, ressaltou.

Em outro trecho da declaração, o indígena Pedro afirma que o sonho de todo Kanela é ter seu território. “A partir do momento que nós conseguir o nosso território, que nós aldear dentro dele, aí nós vamos começar a ter nossa identidade original, entendeu?”, disse. Para ele, a primeira identidade é a sua cultura e o idioma. “Sem a sua cultura não é índio”, finalizou.



Grupo de violinistas chiquitanos é uma das atrações desta sexta-feira

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 21.08.2014

Da Reportagem

Além das apresentações indígenas, o evento vai contar ainda, com a comercialização de arte indígenas, bazar de livros de autores indígenas, CD's e DVD's produzidos pelos realizadores nativos, pintura corporal, culinária tradicional, uma exposição fotográfica e ainda, a presença do músico indígena Luciano Pareci tocando sertanejo

A interação entre acadêmicos e moradores do entorno da Universidade Federal de Mato Grosso extrapola os limites e chega até aldeias indígenas, ou melhor, é a universidade que se transforma em uma grande aldeia, como espaço de coesão. É que os índios vão ser protagonistas de mais uma edição do Armazém Universitário, no dia 22, a partir das 18 horas, ao apresentar algumas de suas manifestações artísticas.

Caso dos chiquitanos, que além de apresentar a dança da seriema e a música cantada na língua materna, participa ainda com o grupo Níósch Haukiná (Sementes Nativas), internacionalmente conhecidos por conta de seus violinistas. As duas primeiras apresentações ficam a cargo dos chiquitanos da terra indígena Portal do Encantado, enquanto a música executada ao vivo, leva a assinatura da terra indígena Vila Nova Barbecho.

As ações desta nova versão do Armazém Universitário são desenvolvidas pela Gerência de Projetos Culturais – da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV) -, em parceria com o Programa de Inclusão Indígena “Guerreiros da Caneta”, da Proind, da UFMT.

“O evento tem a intenção de apresentar e valorizar a presença das diversas etnias indígenas presentes tanto na universidade como também na sociedade brasileira”, destaca a responsável pela GPC, Maria Helena Coradini.

Além das apresentações indígenas, o evento vai contar ainda, com a comercialização de arte indígenas, bazar de livros de autores indígenas, CD's e DVD's produzidos pelos realizadores nativos, pintura corporal, culinária tradicional, uma exposição fotográfica e também a presença do músico indígena Luciano Pareci tocando sertanejo.

A venda dos produtos tem a intenção de fortalecer a sustentabilidade e fomentar a cadeia criativa e econômica entre os povos que estarão expondo seus produtos. Para mesclar as culturas além das atrações de várias etnias indígenas teremos também a participação da banda Moden tocando pop rock e da musicista Mariana Borealis no gênero MPB, além da venda de bebidas, crepes, estrogonofe, torta de frango, pudim, comida portuguesa, pães caseiros e integrais, entre outros.

Vale ressaltar, a programação com foco na cultura indígena, começa um dia antes (21) com o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

Sarau das Mulheres indígenas. O evento é realizado através do edital de apoio da Procev e do edital Pró Cultura, Esporte e Vivência 2014. Essa programação terá início às 17h no bosque da UFMT, local escolhido por proporcionar aos participantes o contato com a natureza.

Com o tema "A palavra da mulher indígena é sagrada", o Sarau traz até Cuiabá mulheres do povo bakairi, contando a presença do povo karajá, terena, bororo, entre outros, além de não indígenas que utilizarão os cantos, as danças circulares e a literatura para promover a harmonia, as trocas e a integração entre os participantes. (Lidiane Barros/Assessoria)



Inscrições abertas para o curso de Cultura Indígena em Embu das Artes

SÍTIO O TABOANENSE, 21.08.2014

Patricia Carvalho

As inscrições para o curso de Cultura Indígena (CCI), 2º semestre de 2014, estarão disponíveis, até dia 24 de agosto, para os professores e educadores da rede municipal de ensino de Embu das Artes, residentes nos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud): Embu das Artes, Cotia, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Serão duas turmas, com 60 vagas cada. As aulas serão ministradas no Museu do Índio, agora em novo endereço: Rua Águas Marinhas, 209, Itatuba. Serão 32 horas de formação, das quais 20h são em classe, com oficinas de pintura corporal (grafismo), canto, dança e música, e 12h são de atividades extraclasse, que incluem visitas ao Museu Sakay e à Cidade das Abelhas.

Paloma Bassin

Museu do Índio em Embu das Artes tem novas instalações | Paloma Bassin

Museu do Índio em Embu das Artes tem novas instalações

O novo endereço do Museu conta com dois espaços de exposição, sala para palestras e, futuramente, abrigará uma trilha rodeada por plantas indígenas e espaço para recreação, com bancos e mesas. Segundo o fundador do Museu, o pintor e pesquisador Waldemar Andrade, o espaço foi projetado especialmente para abrigar o acervo com cerca de 800 peças, adquiridas durante o convívio com os índios: "A localização é ideal para receber grupos e o espaço pode ser ampliado se necessário. Sem contar a vista e paz local".

O curso é credenciado pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Paulo (Proex - Unifesp) e atende a determinação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena, em todas as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. É importante ressaltar que apenas os educadores com 75% ou mais de presença no final do curso, receberão a certificação. Mais informações: (11) 4704-2484/3278 ou cadastro.unifesp@embudasartes.sp.gov.br.

Grupos interessados em conhecer o Museu do Índio devem realizar o agendamento pelo telefone: 4704-3278.

Serviço:

1. (Antigo PECI) - CCI - CURSO CULTURA INDÍGENA (turma C)

Data: de 30/8 a 25/10

Horário: das 8h às 12h

Carga Horária: 32 horas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

Vagas: 30 vagas

Local: Museu do Índio - Águas Marinhas, 209, Itatuba – Embu das Artes

Inscrições até 25 de agosto.

2. (Antigo PECI) - CCI - CURSO CULTURA INDÍGENA (turma D)

Data: de 6/9 a 1º/11

Horário: das 8h às 12h

Carga Horária: 32 horas

Vagas: 30 vagas

Local: Museu do Índio - Águas Marinhas, 209, Itatuba – Embu das Artes

Inscrições até 25 de agosto.



Cimi manifesta perplexidade diante de denúncias envolvendo deputado relator da PEC 215, ruralistas e CNA
SÍTIO CIMI, 21.08.2014

Nota do Conselho Indigenista Missionário sobre o Estado de Direito e a falta de limites do latifúndio no Brasil

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta perplexidade diante das graves denúncias divulgadas pelo Ministério Público Federal do Mato Grosso (MPF/MT), nesta quinta-feira, 21, envolvendo ruralistas, Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e parlamentar relator da Comissão Especial da Câmara Federal que trata da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00.

De acordo com a denúncia "Conversa telefônica legalmente interceptada, revela que o líder ruralista Sebastião Ferreira Prado planejava o pagamento de R\$ 30 mil a advogado ligado à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que seria o responsável pelo relatório da PEC 215, na Comissão Especial que aprecia a matéria na Câmara dos Deputados".

Sebastião, líder da Associação de Produtores Rurais de Suiá-Missu (Aprossum), está preso, acusado de aliciar pessoas para resistir à desocupação da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante, no nordeste de Mato Grosso. Cumpre salientar ainda que, segundo a denúncia, "o grupo recebia recursos de apoiadores de outros estados para financiar suas atividades, inviabilizando a efetiva ocupação do território pelos índios.

A influência do movimento de resistência extrapolava os limites de Mato Grosso e influenciava, também, conflitos na Bahia, Paraná, Maranhão e Mato Grosso do Sul".

São fortes as evidências da existência de uma verdadeira organização criminoso atuando, de maneira articulada e deliberada, em flagrante desrespeito ao Estado de Direito em nosso país. Além da afronta direta à decisão da mais alta instância do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu o direito do povo Xavante à Terra Indígena Marãiwatsédé e determinou a sua desintrusão, é demonstrada a interferência indevida da organização no ordenamento jurídico constitucional brasileiro, "mediante pagamento ao advogado (ou assessor) responsável pela elaboração do parecer (da PEC 215/00), envolvendo inclusive a Confederação Nacional da Agricultura – CNA" e a participação do grupo no fomento a conflitos envolvendo o direito e a posse de terras indígenas em diversas regiões do país.

Por meio da PEC 215/00, latifundiários e conglomerados empresariais, ligados ao agronegócio, especialmente multinacionais, visam revisar e impedir demarcações de terras indígenas, titulação de terras quilombolas e a criação de novas unidades de conservação ambiental no Brasil. Para além da inconstitucionalidade em si da PEC 215/00, as denúncias evidenciam o vício e a manifesta ilegalidade no processo de tramitação da mesma junto ao Poder Legislativo nacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

É fundamental e urgente que sejam tomadas todas as medidas cabíveis, inclusive pela Procuradoria Geral da República (PGR) e pelo Conselho de ética da Câmara dos Deputados, para que seja amplamente apurada a participação e desvirtuamento da conduta de parlamentares federais e demais envolvidos nas graves denúncias, a fim de que o Estado de Direito seja devidamente resguardado e respeitado em nosso país.

Brasília, DF, 21 de agosto de 2014
Conselho Indigenista Missionário - Cimi



Advogado da CNA receberia R\$ 30 mil por relatório da PEC 215, denuncia MPF
SÍTIO CIMI, 21.08.2014

Conversa telefônica legalmente interceptada, revela que o líder ruralista Sebastião Ferreira Prado planejava o pagamento de R\$ 30 mil a advogado ligado à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que seria o responsável pelo relatório da PEC 215, na Comissão Especial que aprecia a matéria na Câmara dos Deputados. No diálogo interceptado, Sebastião afirma que “o cara que é relator, o deputado federal que é o relator da PEC 215, quem tá fazendo pra ele a relatoria é o Rudy, advogado da CNA, que é amigo e companheiro nosso”.

O diálogo que revelou a interferência indevida de ruralistas na tramitação do Projeto de Emenda Constitucional 215 (PEC 215) foi interceptado, com autorização judicial, durante as investigações da organização criminosa envolvida com as reiteradas invasões à Terra Indígena Marãiwatsédé, da etnia Xavante, no nordeste de Mato Grosso.

Sebastião Prado, líder da Associação de Produtores Rurais de Suiá-Missu (Aprossum), está preso desde o dia 7 de agosto quando o Ministério Público Federal e a Polícia Federal deflagraram a operação para desarticular a atuação do grupo que coordenava e aliciava pessoas para resistirem à desocupação do território indígena. O grupo recebia recursos de apoiadores de outros estados para financiar suas atividades, inviabilizando a efetiva ocupação do território pelos índios.

A influência do movimento de resistência extrapolava os limites de Mato Grosso e influenciava, também, conflitos na Bahia, Paraná, Maranhão e Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, Sebastião Prado foi preso temporariamente, mas em requerimento apresentado à Justiça Federal no dia 11 de agosto, o MPF sustentou que a manutenção da prisão de Sebastião Prado tutela o “direito fundamental a um ordenamento jurídico constitucional estabelecido de modo legítimo, livre de interferências indevidas, segundo os princípios democráticos e republicanos que devem fundamentar a conformação ética, política e jurídica da sociedade brasileira”. O MPF acrescentou que o fato de a conduta da liderança ruralista direcionar-se a corromper a edição de ato normativo destinado a transformar a própria ordem constitucional é circunstância sobremaneira gravosa, a exigir do Poder Judiciário medida capaz de obstar tal situação, ameaçadora do próprio estado de direito e da ordem republicana e democrática.

Ao apreciar o requerimento do MPF, a Justiça Federal entendeu que o lobby no âmbito do Congresso Nacional é um aspecto inerente ao próprio processo político, sendo que, a princípio, nada há de mais em se tentar influenciar o relator da PEC 215. Todavia, o juiz afirma que “o problema reside exatamente no meio utilizado para se efetuar o lobby, no caso mediante pagamento ao advogado (ou assessor) responsável pela elaboração do parecer, envolvendo inclusive a Confederação Nacional da Agricultura – CNA”.

CONT.



Acréscitou o magistrado federal que "o fato de o relatório da PEC 215/2000 ter sido, supostamente, 'terceirizado' para a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), representa, a princípio, um desvirtuamento da conduta do parlamentar responsável pela elaboração da PEC, eis que a CNA é parte política diretamente interessada no resultado da mencionada PEC".

Ao final da decisão que decretou a prisão preventiva de Sebastião Prado, a Justiça Federal ressaltou que "o objeto da PEC é exatamente poder rever a demarcação de terras indígenas já consumadas como é o caso de Marãiwatsédé, o que justifica a atitude do investigado e demais pessoas, ao tentarem a todo custo – segundo informações do MPF –, permanecer na área da reserva indígena, em total afronta a decisão judicial, transitada em julgado, na mais alta Corte deste País, no caso o Supremo Tribunal Federal".

Diversas diligências investigatórias ainda estão em curso, sendo que os documentos relacionados à possível participação de parlamentares federais no caso foram remetidos à Procuradoria Geral da República para que sejam adotadas as medidas cabíveis.



Juventude indígena é tema de conferência em Roraima

SÍTIO SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 21.08.2014

Pensando em discutir estratégias de desenvolvimento das políticas públicas de interesse da juventude indígena, a primeira Conferência dos Núcleos Comunitários Juvenis Vigentes e Reunião da Juventude Indígena (Converji) marcou o fim de semana da comunidade de Campo Alegre, localizada a 68 km de Boa Vista, as margens do Rio Uraricoera.

21.08.2014 - Juventude indígena é tema de conferência em Roraima

A conferência, segundo o superintendente de políticas públicas para juventude Marcelo Meireles, teve ainda intuito de preservar nos jovens o interesse pelas raízes do estado. "A nossa intenção é a de resgatar a arte indígena através da valorização cultural. A partir desta conferência teremos um diagnóstico mais preciso sobre a juventude indígena e seu papel na sociedade", afirmou Meireles.

Para o coordenador geral da Associação dos povos indígenas da Terra São Marcos, Alzemiro Tavares, o encontro possibilitou aos jovens trocar experiências sobre as regiões onde vivem. "Cada vez mais os nossos indígenas estão indo à cidade em busca do conhecimento, de sua formação. Temos indígenas que já são enfermeiros, advogados, biólogos. Queremos que eles passem o conhecimento para nossa comunidade, pois a nossa essência sempre será a mesma em qualquer lugar que estivermos. Somos indígenas", ressaltou Tavares.

Além de discutir a criação de grupos juvenis, a fim de disseminar informações em suas comunidades, a Converji proporcionou aos visitantes oficinas de artesanato indígena, áudio visual, fotografia, dança e multimídia.

Fonte: prefeitura de Boa Vista (RR)



Empresa brasileira é denunciada por ameaçar indígenas isolados do Paraguai

SÍTIO BOL, 21.08.2014

Organizações civis representantes dos indígenas ayoreo totobiegosode, único povo original do Paraguai que ainda tem membros não contatados, denunciaram nesta quinta-feira (21) que a empresa de origem brasileira Yaguareté Porá S.A. continua derrubando ilegalmente as florestas de seu território ancestral.

Os ayoreo, cujo território tradicional abrange do sul da Bolívia até o sul do Chaco paraguaio, estão divididos em três grupos e são o último povo indígena na América que fica fora da Amazônia com membros que não estiveram ainda em contato com a civilização, segundo a ONG Gente, Ambiente y Territorio (GAT).

Os ayoreo reivindicam uma urgente intervenção para "conter o ilegal desmatamento que realiza a firma de origem brasileira Yaguareté Porá S.A." em suas florestas.

A GAT e a Organização Payipie Ichadie Totobiegosode (OPIT) denunciaram nesta quinta-feira novas ações de desmatamento por parte dessa companhia, detectadas graças a imagens de satélite, na área considerada pelo Estado em 2001 como reserva cultural e natural e como parte do território ancestral dos ayoreo.

Estudos geográficos, jurídicos e antropológicos demonstram que o território histórico dos ayoreo ocupa 550.000 hectares, que eles reivindicam ao Estado desde 1993, quando os primeiros grupos começaram a abandonar seu entorno natural fugindo da poda ilegal, segundo disse à Agência Efe seu representante jurídico, Julio Duarte.

O advogado reivindicou à Secretaria do Ambiente (SEAM) e ao Instituto Florestal Nacional (Infona) que exijam à empresa Yaguareté Porá que pare de derrubar árvores porque está incorrendo em uma ação ilegal que viola uma resolução governamental e uma sentença do Tribunal de Contas.

"Os recorrentes desflorestamentos afetam os direitos individuais e coletivos desta população indígena, cuja proteção está garantida na legislação nacional vigente no Estado paraguaio e nos convênios Internacionais ratificados" pelo Paraguai, segundo um comunicado da GAT.

Apesar disso, a SEAM outorgou em janeiro deste ano uma renovação de licença ambiental a Yaguareté Porá, quando já existia uma resolução anterior que condicionava a renovação a que a empresa apresentasse um novo estudo de impacto ambiental, algo que nunca aconteceu, segundo Duarte.

Em abril, o Conselho Nacional do Ambiente (CONAM) recomendou à SEAM que cancelasse a licença ambiental da Yaguareté Porá, após analisar os relatórios das comissões de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

Biodiversidade, Povos Indígenas, Legislação Ambiental e Assuntos Internacionais do Congresso.

Segundo a Comissão Legislativa de Povos Indígenas, a licença "viola marcos legais nacionais e internacionais, especialmente o relacionado à proteção dos territórios e o dever de consulta do governo para com os povos indígenas".

Os representantes sustentam que as vidas dos indígenas em isolamento voluntário "correm sério risco pelo acelerado desmatamento de seu território".

Duarte declarou que, embora os indígenas não tenham renunciado aos 550.000 hectares originais, querem garantir 200.000 hectares para preservar seu modo de vida, idioma, cultura e o habitat natural no qual vivem desde antes da colonização espanhola.

"O Estado deve trabalhar em conjunto para que se adquira essa propriedade e dê segurança jurídica aos indígenas em todo seu território", concluiu o advogado.



Cai, após 13 anos, liminar que impedia homologação de terra indígena
SÍTIO RÁDIO CAÇULA, 21.08.2014

Decisão da 5ª Turma do TRF (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), que acompanhou o voto do relator do processo, desembargador Paulo Fontes, cassou uma liminar que impedia a continuidade da demarcação da terra indígena Potrero Guaçu, em Paranhos, município a 460 de Campo Grande (MS). A decisão, embora provisória, já durava 13 anos, segundo o MPF (Ministério Público Federal), que conseguiu a suspensão.

Conforme divulgou o MPF, a Justiça Federal seguiu os argumentos apresentados, ao considerar que “não deveria ser amparada pelo Judiciário, de modo cautelar, a suspensão de atos administrativos por período tão longo”. A decisão que paralisou o procedimento, da Justiça Federal de Ponta Porã, é de 30 de janeiro de 2001, anota o Ministério Público Federal no texto em que divulga a derrubada da liminar.

Os 4 mil hectares de indígena reivindicados, localizados em um dos municípios foco de disputa por terras em Mato Grosso do Sul, foram declarados de ocupação tradicional dos Guarani-Nandeva em uma portaria do Governo Federal do ano 2000.

Com a suspensão da decisão provisória, a partir de agora a Funai (Fundação Nacional do Índio), pode colocar os marcos físicos para delimitar a terra e enviar o procedimento para homologação pela presidente da República.

Também por força de decisão judicial, a comunidade ocupa 264 hectares, 6,5% do total do total. Há registros de ataque à comunidade, segundo o MPF. Em abril de 2002, 23 das 25 casas foram destruídas em um incêndio. Há relatos, ainda, de disparos de armas de fogo, ameaças de morte e lesões corporais, com o objetivo de expulsar os índios da área onde estavam assentados por força de decisão judicial.

O laudo antropológico produzido pela Funai concluiu que os índios, então estabelecidos na área de Potrero-Guaçu, foram expulsos a partir de 1938, para dar lugar a projeto de assentamento capitaneado pelo então estado de Mato Grosso. As terras eram doadas aos colonos e os índios, expulsos, eram empregados como mão-de-obra na lavoura. Na década de 1970, eles foram remanejados para a Reserva Pirajuí, também em Paranhos.

A liminar que impedia a homologação das terras era favorável à empresa Jatobá Agricultura e Pecuária, que contesta. Como ainda não é uma sentença e sim apenas a suspensão da liminar, o processo pode sofrer nova reversão e a disputa avançar ainda mais.



Governo do Amapá entrega barco para comunidades indígenas do município de Oiapoque

SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ DE NOTÍCIAS, 21.08.2014

Pelo menos 1,4 mil indígenas de nove aldeias do município de Oiapoque, localizado a aproximadamente 600 quilômetros de Macapá, serão beneficiados com a entrega do barco "Comunidade Kumenê", uma iniciativa do Governo do Amapá.

A embarcação saiu do município de Santana – onde foi construído num estaleiro do distrito da Ilha de Santana – na noite de quarta-feira, 21, em direção à aldeia Palikur. A viagem deve durar em torno de sete dias, dependendo da maré do Rio Amazonas.

"Aguardávamos ansiosos pela chegada desse barco, que vai nos ajudar a escoar a nossa produção agrícola. A demanda cresceu e os barquinhos de remo e via motor não suportam mais a quantidade de produtos", declarou Aldiere Orlando, membro da Associação Indígena Palikur. A embarcação mede 17 metros de comprimento por 4,5m de largura.

Nas aldeias, os indígenas plantam diversas culturas como farinha, laranja, abacaxi, banana e macaxeira. Esses produtos são levados via fluvial para serem comercializados na sede do município de Oiapoque, onde os índios aproveitam para comprar leite, café, açúcar e demais artigos de subsistência. "Os índios abastecem de 20% a 40% dos produtos agrícolas consumidos em Oiapoque", calculou o indígena. "Daí a importância do barco".

Segundo explicou o gerente de Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Telison Rosa, a aquisição do barco para as comunidades indígenas foi proposta pela SDR ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que arcou com a maior parte do custo. E, principalmente, a partir dessa necessidade das aldeias e graças a uma emenda parlamentar no valor de R\$ 195 mil e contrapartida de R\$ 21,3 mil garantida pelo Governo do Amapá.

Vinculada à SDR, a Agência de Pesca do Amapá (Pescap), que possui um escritório no município de Oiapoque, também seguiu viagem no barco "Comunidade Kumenê", disponibilizando o engenheiro de pesca, Ricardo Silveira. O percurso até Oiapoque conta com o auxílio de um prático.

A Pescap desenvolve um trabalho de apoio técnico e manejo da piscicultura nas lagoas represadas existentes ao longo da BR-156. "Trabalhamos através de um Termo de Cooperação firmado com a Funai [Fundação Nacional do Índio] de modo a aperfeiçoar a produção agrícola com o selo da sustentabilidade", explicou o engenheiro de pesca.

A formalização da entrega do barco por meio de um Termo de Concessão de Uso Gratuito se dará nos próximos dias. Enquanto isso, as comunidades indígenas poderão usufruir da embarcação assim que ela chegar à região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

"Vamos criar um regulamento de uso da embarcação", adiantou Aldiere Orlando. A manutenção do barco ficará sob a responsabilidade dos povos indígenas.



Assistência Social realiza ação para proporcionar documentação básica à população indígena

SÍTIO A GAZETA NEWS, 21.08.2014

No dia 19 de agosto a Secretária de Assistência Social de Eldorado através do comitê gestor estadual e municipal da cordenadoria dos direitos humanos o apoio da FUNAI, SESAI, Defensoria Pública e o Exército Brasileiro, realizaram na Aldeia Cerrito uma mega operação de erradicação de Sub. Registro Civil, que tem como objetivo proporcionar todos os documentos pessoais básicos a toda população Indígena da Aldeia.

A Prefeita Marta Araújo e a Secretária de Assistência Social Sueli de Lara, aderiram a Campanha de Erradicação do Sub Registro, regulamentando no município através de um decreto a criação de um comitê gestor municipal para acompanhar realização da campanha em Eldorado, Distrito Morumbi, Assentamento Floresta Branca e Aldeia Cerrito.

Fonte: Assessoria Prefeitura



Maranhão é o terceiro estado com maior número de queimadas do Brasil

SÍTIO O IMPARCIAL, 21.08.2014

Queimadas em áreas indígenas no Maranhão este ano chegam a 56% a mais do que o ano passado

Os produtores agrícolas e indígenas maranhenses estão de fato no calor neste período de seca, onde tradicionalmente acontecem muitas queimadas. Somente neste ano, o Prevfogo, que pertence ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), conta que os focos de incêndio já ultrapassaram os números em relação ao ano passado.

Só este ano, já foram 56% a mais de focos de incêndios pelas regiões indígenas do estado.

"Agosto, setembro e outubro é um período muito crítico, temos que ter um esforço maior em relação ao combate em áreas federais, obedecendo às competências do IBAMA", disse Fabricio Castro, coordenador do Prevfogo.

Em 2014 o Prevfogo priorizou Terras Indígenas, implantando Brigadas para atuar nas TIs Kanela, Porquinhos, Governador, Arariboia, Bacurizinho e Morro Branco.

Segundo o coordenador, a implantação das brigadas consiste basicamente em selecionar, capacitar e contratar os brigadistas por seis meses, para combater os focos de incêndio.

"A composição de cada brigada é de 15 brigadistas, sendo um chefe de brigada, dois chefes de esquadra e 12 brigadistas de combate. Além disso, disponibilizarmos viatura, EPIs (equipamentos de proteção individual) e ferramentas para realização dos combates, damos suporte técnico e realizamos a parte administrativa dos contratos e de monitoramento das áreas", explicou Fabricio.

Ainda segundo a Prevfogo, do início do ano até o momento, o Maranhão está apresentando 7.132 focos de calor, o que representa um aumento de 3.860 focos em relação ao ano de 2013, ocupando a terceira colocação entre os estados brasileiros.

As cidades com maior número de focos de calor no MA são:
(Distribuição dos 7.132 focos de 01 de janeiro deste ano a 21 de agosto).

- 1) Grajaú / MA (1.013)
- 2) Mirador / MA (812)
- 3) Balsas / MA (709)
- 4) Barra do Corda / MA (377)
- 5) Fernando Falcão / MA (305)

CONT.



-
- 6) Jenipapo dos Vieiras / MA (264)
 - 7) Alto Parnaíba / MA (246)
 - 8) Carolina / MA (213)
 - 9) Riachão / MA (196)
 - 10) São Raimundo das Mangabeiras / MA (187)

Os estados com maior número de focos de calor no Brasil são:
(Distribuição dos 56.410 focos de 01 de janeiro deste ano a 21 de agosto).

- 1) MT (1.1599)
- 2) PA (8.101)
- 3) MA (7.132)
- 4) TO (5.657)
- 5) AM (3.183)



Juiz Federal visita Aldeia Terena de Cachoeirinha e decide pela retomada do processo administrativo de demarcação pela Funai

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.08.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Postei mais cedo uma notícia sobre a Terra Indígena de Taunay Ipegue, na qual elogiava não só a decisão do juiz Pedro Pereira dos Santos, da 4ª Vara da 1ª Seção Subsidiária de Mato Grosso do Sul, como o fato de ele a ter tomado após uma visita à área em disputa. Em consequência, acabo de receber a informação de que essa visita na verdade havia sido precedida por outra, à comunidade Terena da Aldeia Cachoeirinha.

Como no primeiro caso, estava em julgamento uma Ação de suspensão do processo administrativo que estava sendo levado a cabo pela Funai, para remarcar a Terra Indígena Cachoeira, reconhecida e demarcada há quase 100 anos, em 1905, pelo Marechal Rondon.

Finalmente parece que a Justiça começa a chegar para os povos indígenas de Mato Grosso do Sul! Acontece que nem mesmo essa demarcação inicial, baseada ainda numa lógica que não reconhecia a necessidade do território para os povos indígenas, limitando assim a terra a ser por eles ocupada a um mínimo, foi respeitada. Dos 3.200 hectares que Rondon estipulara para os Terena, eles conseguiram manter apenas 2.660, totalmente insuficientes para garantir sua manutenção em condições dignas.

Na visita que fez à Aldeia, tirando também fotos que anexa ao processo, o juiz Pedro Pereira dos Santos considera que, quando foi feito o estudo que delimitou a área reivindicada pelos Terena, em 2001, eles eram 2660 indivíduos; atualmente, são 3.370. Dividindo a área total – que inclui casas, plantações, áreas públicas e ambientais –, chega-se a 8.13 hectares por família. E ele comenta:

“Salta aos olhos a insuficiência dessas terras Terena, máxime se considerada a qualidade do solo da região, já localizada no Pantanal. O módulo fiscal do município onde está localizada a área é de 90 hectares. Feitas as contas os índios precisariam de mais 29.930 hectares, ou seja, mais de onze vezes a área atualmente ocupada”.

A Ação movida por Ibrahim Miranda Cortada e Alda Jaques Miranda Cortada já foi até mesmo ao Supremo Tribunal Federal, que no entanto a devolveu ao Juízo Federal em Mato Grosso do Sul (ver aqui) em junho passado. E a decisão do juiz Pedro Pereira dos Santos menciona o fato de que a situação de carência da comunidade é tão grave que a Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul elencou-a como de prioridade “grau 1”, para ser resolvida.

Considerando tudo isso, o Juiz decidiu pela retomada dos trabalhos pela Funai, lembrando igualmente, em relação a Cachoeirinha, a ação do Executivo na Bahia, desapropriando as terras para demarcar o território da Comunidade Indígena Tuxá de Rodelas.

CONT.



Abaixo, a íntegra da decisão sobre Cachoeirinha. A outra, sobre Taunay Ipegue, está em Juiz vai a campo visitar terra indígena, escreve uma bela decisão, e o TRF-3 deixa para Cardozo assinar a Portaria Declaratória da T.I. Taunay Ipegue.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

PRIMEIRA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
QUARTA VARA FEDERAL DE CAMPO GRANDE

2392
Q

AUTOS Nº 0013347-45.2008.403.6000 –
AÇÃO ORDINÁRIA

AUTORES: IBRAHIM MIRANDA
CORTADA, ALDA JAQUES MIRANDA
CORTADA.

RÉUS: UNIÃO, FUNDAÇÃO
NACIONAL DO ÍNDIO e
COMUNIDADE INDÍGENA TERENA
DA ALDEIA CACHOEIRINHA



MPPA e MPF realizam reunião no Território Quilombola da Amarqualta em Acará
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.08.2014

Em MPPA

O Ministério Público do Estado (MPPA), por meio da promotora de Justiça Agrária da I Região (Castanhal), Eliane Moreira e o Ministério Público Federal (MPF), realizaram ontem uma reunião no Território Quilombola da Amarqualta em Acará. A região está localizada na região de expansão do dendê no Baixo-tocantins e enfrenta conflitos com madeireiros ilegais e empresas.

A reunião foi designada com o objetivo de verificar a situação no local e encaminhar as providências que devem ser adotadas pelo MPPA e MPF. Na ocasião várias denúncias envolvendo violações de direitos humanos foram feitas, tais como relatos de constantes pressões em seus territórios.

No mês de julho deste ano um dos quilombolas foi assassinado barbaramente, além de outros crimes que já vitimaram a comunidade.

“Uma das principais questões debatidas foi a finalização do processo de titulação do território quilombola que tramita perante o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e Incra, estando no Iterpa em estado avançado, enquanto no Incra apesar do processo ter sido protocolado há cerca de 2 anos, só agora as providências iniciais estariam sendo adotadas”, afirmou a promotora Eliane Moreira.

Estiveram presentes além do MPPA e MPF, a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, o Iterpa, a Delegacia de Meio Ambiente, a Malungu, a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), além das comunidades quilombolas. Ausente apenas o Incra.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

Comunidades quilombolas do Velho Chico terão encontro em Bom Jesus da Lapa SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.08.2014



Aconteceu no Vale

O município de Bom Jesus da Lapa, no oeste da Bahia, foi escolhido para sediar o 1º Seminário das Comunidades Quilombolas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que acontecerá entre os dias 27 e 29 de agosto, reunindo comunidades de remanescentes de quilombos que habitam as margens do Velho Chico e seus afluentes. Durante o encontro, promovido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, serão tratados temas como regularização fundiária; políticas públicas para as comunidades quilombolas; saúde e educação; impactos de grandes empreendimentos e o Pacto das Águas, entre outros assuntos. O Seminário é gratuito e acontece no Centro de Treinamento de Líderes – CTL, localizado na Avenida São Vicente de Paulo, s/n.

A primeira manhã de trabalho do seminário, no dia 28 de agosto, será aberta pelo presidente do CBHSF, Anivaldo Miranda. Além das comunidades quilombolas, os debates envolverão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

representantes governamentais que lidam com as políticas para os chamados 'povos tradicionais'. Entre os órgãos convidados estão a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura – MinC, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – Seppir, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, entre outros.

Para o coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco do CBHSF, Claudio Pereira, responsável pelo encontro, "o seminário será um momento de estabelecer diretrizes e dar encaminhamentos para garantia de maior visibilidade dos povos tradicionais na bacia do Velho Chico". A expectativa do coordenador é reunir cerca de 150 lideranças quilombolas dos estados que compõem a Bacia do Velho Chico (Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas e Pernambuco).

Primeiro Seminário das Comunidades Quilombolas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

PROGRAMAÇÃO

Dia 27/08/2014

19h00 – Abertura oficial e jantar de boas vindas

Dia 28/08/2014

8h – Credenciamento dos participantes

8h30 – Abertura: Anivaldo Miranda – Presidente do CBHSF; e Cláudio Pereira – Coordenador da CCR Médio SF e representante das organizações quilombolas

9h – Mesa 1: Territórios Quilombola: Da Certificação a Titulação.

Fundação Palmares, Incra, SPU, Ouvidoria Agrária

09h45 – Debate

10h – Mesa 2: Políticas Públicas de afirmação, Promoção e Reparação. SEPPIR

10h45 – Debate

11h – Mesa 3: Impactos dos grandes empreendimentos, e pacto pelas águas – CBHSF, MPF, Fundação Palmares:

11h45 – Debate

12h30 – Intervalo para almoço

14h – Mesa 4: Organização Sócio Cultural e situação atual das comunidades – Conaq, Conselhos Estaduais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

14h30 – Oficinas Temáticas: Organização em grupos de trabalho

GT.1. Regularização fundiária e conflitos agrários.

GT.2. Organização sócio cultural e pactos pelas águas.

GT.3. Saúde e Educação.

GT.4. Produção e desenvolvimento sustentável.

GT.5. Infraestrutura e abastecimento.

GT.6. Impactos dos grandes empreendimentos e modelo de desenvolvimento.

17h – Apresentação dos grupos

18h30 – Encerramento

19h – Jantar de confraternização e noite cultural

Dia 29/08/2014

8h30 – Plenária para elaboração do relatório final

12h – Encerramento

12h30 – Almoço



Faced oferece especialização em Cultura e História dos Povos Indígenas

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 22.08.2014

Pós-graduação é dirigida a professores das escolas municipais e estaduais

Do dia 26 de agosto a 9 de setembro estarão abertas as inscrições para o preenchimento das 60 vagas do curso de especialização (lato sensu) em Culturas e História dos Povos Indígenas oferecidas gratuitamente pela Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O curso é dirigido a professores das escolas das redes municipais e estaduais, com vistas a qualificar a abordagem do tema nas propostas pedagógicas e curriculares. A especialização também tem o objetivo de contribuir para a implementação da Lei 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

A seleção consistirá de análise do curriculum vitae. No entanto, caso o número de inscritos hábeis ao curso for inferior ou igual ao número de vagas, os concorrentes não serão submetidos ao processo seletivo. Contudo, é necessário que o candidato tenha graduação (Normal Superior inclusive) concluída até o dia da matrícula.

As inscrições devem ser feitas na secretaria da Faced, no Campus Santa Mônica (Av. João Naves de Ávila, 2.121 - Bloco 1G, Sala 1G 156), das 8h às 11h30 e das 14h às 17h.

A divulgação do resultado da seleção será feita no dia 22 de setembro a partir das 17 h no quadro de avisos da Especialização da Faced (bloco 1G) e no site www.faced.ufu.br.

A previsão para início das aulas é 11 de outubro deste ano e, para o término, 19 de dezembro de 2015. Das 510 horas do curso, 335 serão presenciais e 175 não presenciais (com necessidade de internet). Os encontros presenciais serão aos sábados, das 8h às 17h30, salvo alterações.

As informações detalhadas estão disponíveis no edital que traz, inclusive, o modelo de currículo específico para participação no processo seletivo.



Nota Pública dos acadêmicos indígenas e pesquisadores sobre o novo modelo institucional proposto pelo governo para atendimento à saúde dos povos indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.08.2014

Nós, Acadêmicos, Pesquisadores indígenas do Brasil, vimos repudiar e manifestar a nossa preocupação quanto à criação de um novo modelo de execução institucional da saúde indígena que institui o Instituto Nacional de Saúde Indígena – INSI.

Tal instituto foi apresentado pela Secretária Especial de Saúde Indígena, através do Sr.^a, Antônio Alves. No dia 1º de agosto 2014 o secretário esteve no gabinete do Ministro do Estado de Saúde, Sr.^a Arthur Chioro, levando sua proposta de uma nova forma de execução institucional da saúde indígena, e no dia 4 participou de reunião conjunta do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e da bancada indígena da Comissão Nacional de Política Indigenista da (CNPI).

Esta proposta é um regresso, levando em consideração que a criação da SESAI já foi instituída como parte da reivindicação contra este modelo de terceirização e privatização da saúde indígena, sendo projetada como uma “entidade civil de direito privado”. Para mudança da Saúde Indígena é preciso que se debata isso com profundidade com todos os envolvidos, não se pode deixar de ouvir o coletivo.

O movimento dos Povos indígenas do Brasil nunca foi contra a realização de um Concurso Público, pelo contrário, sempre desejou a realização do Concurso, mas de forma diferenciada, tendo em vista as discussões sobre as especificidades dos povos indígenas.

A proposta em questão não foi discutida com as organizações indígenas; tanto que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Articulação dos Povos e organização indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOIME, Movimento Unido dos Povos Indígenas da organização Unidos da Bahia – MUPOIMA, CIR– Conselho Indígenas e Comissão Pastoral da Terra – CPT/MT já divulgaram nota contra essa estrutura que estipula que apenas 3 (três) membros de um total de 13 pessoas que participariam do Conselho Deliberativo, seriam indicados pelas organizações indígenas. Aqui também o projeto fere um dos princípios do Sistema Único de Saúde, que prevê paridade entre usuários e prestadores de serviço.

Nós, acadêmicos e pesquisadores indígenas entendemos que a criação do instituto irá privatizar a saúde indígena, além de buscar dividir o movimento indígena em duas partes. Nesse sentido somos contrários a qualquer forma de retrocesso aos direitos dos povos indígenas, principalmente quando se trata da saúde.

No ano de 2013 aconteceram conferências locais e distritais. Não demorou muito todas as demandas discutidas nesse nível foram apresentadas na 5ª Conferência Nacional da Saúde Indígena, onde trouxe a baila pontos importantes para melhoria da saúde indígena. Durante a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

Conferência diversas propostas que vieram das Comunidades Indígenas do País inteiro foram aprovadas em Plenária pelas nossas lideranças tradicionais, mulheres, jovens, anciões. Gostaríamos de saber do senhor Secretário Antônio Alves onde está o respeito para com os povos indígenas, uma vez que em nenhum momento durante a Conferência a criação do tal Instituto foi citada. Não nos ouvir é jogar para o ar todo um trabalho exaustivo; é muita falta de respeito para com os cerca de 315 povos existentes no Brasil a proposta de uma nova estrutura institucional. O que nos deixa ainda mais revoltados, é o rumo que as coisas estão tomando sem que ao menos haja uma discussão ampla nas aldeias.

Na qualidade de Acadêmicos e Pesquisadores Indígenas que somos, reafirmamos nossos compromissos com o movimento indígena, no sentido de contribuir para uma saúde indígena de qualidade, que atenda aos anseios de nossos povos, e não de mudança na estrutura da saúde indígena.

Como instituição incumbida de zelar pelos direitos dos povos indígenas pedimos ao Ministério Público Federal (MPF) que intervenha no sentido de defender os direitos da coletividade indígena, garantidos na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da OIT que trata da Consulta Prévia.

Informamos que nós, Acadêmicos e Pesquisadores Indígenas do Brasil, não aceitaremos imposições do governo de nenhuma forma que acarretem mudanças na estrutura da saúde dos povos indígenas, e usaremos de todas as ferramentas legais disponíveis a nós para que tal proposta não saia do papel e seja efetivada.

Contudo, se nossas reivindicações não forem atendidas estaremos prontos para irmos às ruas novamente, junto ao movimento indígena, para garantir que os direitos dos povos indígenas sejam respeitados.

Brasil 22 de agosto de 2014.

Acadêmicos e Profissionais Indígenas das regiões

Região Sul

Centro Sul

Região Nordeste

Região Sudeste

Região Norte



Atleta da aldeia indígena de Caarapó é aprovado em teste do Audax de São Paulo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.08.2014

O atleta Sander Ramires Lemes (14), morador da Reserva Indígena Te' Ýikue, filho do vereador Dario Ramires (PR) e de Zeni Lemes Ramires, foi aprovado recentemente em um teste do time do Audax de São Paulo (antigo Pão de Açúcar). As provas as quais o adolescente foi submetido aconteceram no período de 30 de julho a 8 de agosto do corrente ano.

Segundo Dario Ramires, o atleta Sander está atualmente disputando partidas pelo Novoperário de Campo Grande, com o qual foi artilheiro recentemente de uma competição disputada em Londrina/PR.

Dario informou ainda a reportagem doCaarapoNews, que o atleta Sander foi campeão no dia sete de junho do corrente ano, do I Campeonato Amador de Futebol de Campo Sub-15 de Caarapó. Na oportunidade ele vestiu a camisa da Escolinha de Base Nandejara Pólo, que levou a melhor e venceu o time da Associação Esportiva Colorado (AEC A), pelo placar de 1 a 0. O único gol da partida foi marcado pelo futuro atleta do Audax.

Ramires disse ainda que a expectativa para com o atleta Sander é das melhores. "Integrantes da diretoria do Audax que o viram fazer o teste disseram que se o mesmo tivesse ido antes, já estaria sendo aproveitado nas competições condizentes com a sua idade. Fiquei entusiasmado ao ouvir falar tão bem do meu garoto lá em São Paulo. Isso é motivo de orgulho não somente para a família, mas sim para toda a comunidade indígena", comentou.

O atleta Sander volta a São Paulo no dia 22 do próximo mês, onde permanecerá uma semana aproximadamente e depois volta para Caarapó para concluir os estudos do ano de 2014. Em 2015 ele volta para o Audax onde ficará a disposição da equipe.

Sander já fez parte da escolinha de base da prefeitura na aldeia indígena e também da Associação Esportiva Deda. O mesmo é irmão do atleta Cleison Ramires Lemes que tem contrato até o ano de 2015 com o Clube Esportivo Nova Esperança (CENE), de Campo Grande.

Fonte: Caarapó News



Indígena Guarani reivindica homologação da Terra Morro dos Cavalos -SC SÍTIO CIMI, 22.08.2014

Por Luana Luizy,
de Brasília (DF)

A paralisação das demarcações das terras indígenas tem sido a marca do atual governo, só no ano de 2013 apenas uma terra foi homologada, a Terra Indígena do povo Kayabi no Pará. Como reflexo desse cenário em que estão muitas terras indígenas no Brasil, está inserida a TI Morro dos Cavalos do povo Guarani, localizada em Palhoça, Santa Catarina.

Território que ainda aguarda a homologação para que o processo demarcatório seja finalizado. "A gente tá vivendo um momento de muita pressão, um jogo político muito forte e a questão indígena virou hoje uma pedra no sapato dos políticos", conta a cacique Eunice Antunes que esteve presente em Brasília no último dia (19), a fim de reivindicar aceleração do processo final do território de seu povo e também protocolar uma carta para a presidenta Dilma solicitando a homologação.

A TI Morro dos Cavalos foi reconhecida como de ocupação tradicional do povo Guarani em 1993. Submetida ao Decreto 1775/96 passou por novos estudos e em 2008 o Ministro da Justiça assinou a Portaria Declaratória reconhecendo os 1.988 hectares. Em 2011, a Fundação Nacional do Índio (Funai) procedeu a demarcação física e desde então o povo Guarani aguarda a assinatura da presidenta Dilma, que tem se recusado a assinar a portaria por conta da relação política com empresários e políticos catarinenses contrários aos direitos indígenas.

A Funai já iniciou o pagamento das benfeitorias das 74 famílias de posseiros que vivem sobre a área para que a comunidade possa ocupar toda a terra, ainda sim a presidenta tem se recusado a homologar o território.

Sobre a TI foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, ainda na década de 1970, porém não é o Parque o principal empecilho ao processo demarcatório. Opõe-se a ele empresários do ramo de turismo e exploração de água que estão de olho no rico manancial que nasce no interior da TI. Atualmente a comunidade conta com 138 pessoas e vive em menos de dois hectares entre o morro e a rodovia BR-101, que corta a TI.

Duplicação da BR-101 e campanha anti-indígena

Nos últimos meses parte da imprensa catarinense tem publicizado uma série de matérias discriminatórias sobre o povo o Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos. As matérias tentam acusar os indígenas como os principais responsáveis pelos atrasos na duplicação da BR-101, além de acusá-los como os responsáveis pelas mortes que acontecem na rodovia,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

omitindo os interesses econômicos sobre a terra indígena. "Não somos contra a duplicação, mas queremos o diálogo sobre como isso vai acontecer. A terra indígena é nossa casa", afirma a cacique Eunice.

A mais recente reportagem discriminatória sobre os indígenas, nomeada Terra Contestada, foi publicada no período de 07 a 11 de agosto de 2014, pelo jornal Diário Catarinense, pertencente ao grupo Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), afiliado da Rede Globo. "Queremos ser ouvidos e é isso que é negado para nós. Quem tá comandando o país hoje são as agroindústrias, o agronegócio e os grandes empreendimentos. Então para o índio que quer a terra só para sobreviver acaba sendo um empecilho econômico. Vim para Brasília mostrar que estamos legal no processo que a gente não tá inventando nada que não é nosso. Nosso direito é esse", questiona a cacique Eunice.

Acontece nesta sexta-feira (22) um ato de repúdio contra as matérias do grupo de comunicação RBS e em defesa do território tradicional do povo Guarani de Morro dos Cavalos.



Organização lança campanha "Não Vote em Ruralista"

SÍTIO CIMI, 21.08.2014

A organização 350.org lançou nesta semana a campanha "não vote em ruralista", que pretende chamar a atenção o papel que parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária, a chamada Bancada Ruralista, têm desempenhado no Congresso Nacional. Com uma apresentação bastante didática, mas ao mesmo tempo bem fundamentada, a organização apresenta iniciativas recentes de políticos ligados ao agronegócio, como as ofensivas contra direitos indígenas, e procura desconstruir argumentos utilizados pelos representantes do setor. O grupo lembra, por exemplo, que apesar de latifúndios para produção industrial de produtos para exportação ocuparem a maior parte das terras brasileiras, 70% dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos pela agricultura familiar.

A página traz informações bastante úteis para eleitores, como a lista organizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) nominando quem são os ruralistas no Congresso Nacional, a relação dos políticos que votaram pela diminuição da proteção de florestas com a flexibilização do Código Florestal, e a ferramenta de consultas sobre a "lista suja" da escravidão desenvolvida pela Repórter Brasil, que ajuda quem quer conferir se um candidato está envolvido com exploração de pessoas.

Assista o vídeo divulgado:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=WLg1wm7aw3w



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

IPUAÇU: Vereador e cacique avalia trabalhos no município e na aldeia

SÍTIO RÁDIO CLUBE, 22.08.2014

O vereador e cacique da reserva indígena Xapecó, município de Ipuacu, Osmar Barbosa, em entrevista ao vivo nos estúdios da Rádio Clube, na manhã desta sexta-feira (22), comentou sobre o andamento de todos os setores municipais e sobre os trabalhos na aldeia. Osmar Barbosa iniciou a entrevista com uma avaliação da política dentro da reserva.

Ele também comentou sobre a situação que a reserva enfrentava com relação à má conservação física das obras, instituições e estradas quando assumira a função de cacique. Além da questão indígena, o líder indígena também relatou seus trabalhos frente à Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu e sobre apoios partidários. "Estamos trabalhando de acordo com a Justiça, para o bem de todos, democracia e respeito dentro e fora da aldeia", destacou. (Paulo Grosbelli)



Premium II - Licitação para construir Reserva Indígena dos Anacés tem vencedora
SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 22.08.2014

A CRC – Construtora Batista Cavalcante Ltda. foi a vencedora da licitação promovida pela Secretaria da Infraestrutura (Seinfra) para as obras de implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacés, em área localizada no município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. A empresa venceu com proposta de R\$ 13.752.248,23. A reserva vai abrigar 163 famílias a serem realocadas devido a implantação da refinaria de petróleo Premium II, da Petrobras em fase de planejamento para instalação no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Com a publicação do resultado do certame no Diário Oficial do Estado, abre-se prazo recursal. Depois de terminado esse período, o resultado é homologado, ocorre a adjudicação e dá-se a contratação para a assinatura da ordem de serviços e consequente início das obras. As obras devem ser finalizados num prazo de seis meses a partir da data de assinatura da Ordem de Serviços.

O empreendimento faz parte do compromisso firmado em dezembro do ano passado pelo Governo estadual com a Petrobras, o Ministério Público Federal, a Fundação Nacional do Índio - Funai e as comunidades indígenas dos Anacé de Bolso e Matões que serão realocadas de áreas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) para uma área próxima. A Seinfra solicitou junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente -Semace, a licença de instalação da reserva, já tendo, inclusive obtido a Licença Prévia que aprova a viabilidade ambiental do projeto.

Infraestrutura

As casas serão distribuídas entre quatro aldeias Anacés (Baixa das Carnaúbas, Currupião, Matões e Bolso). O terreno foi adquirido pelo Governo do Estado por R\$ 15 milhões. Um convênio com a Petrobras garantirá outros R\$ 15 milhões para repasse à Secretaria para a implantação dessa infraestrutura. O terreno foi aceito pelas comunidades indígenas após ampla discussão, tendo estas recebido apoio técnico da Funai.

Fonte: Governo do Ceará

Fotógrafo vai registrar 300 etnias indígenas

SÍTIO XXXXXX, 22.08.2014



Por Rinaldo de Oliveira

Quantas etnias indígenas existem no Brasil? Seriam 305 etnias, segundo o IBGE.

E o fotógrafo Renato Soares abraçou o desafio de mapear e registrar todos esses povos, que ele considera "verdadeiros brasileiros".

Com décadas de estrada documentando as nações indígenas, Renato está prestes a realizar o maior projeto de sua vida: o "Ameríndios do Brasil" e acha muito pouco pra mostrar tanta diversidade:

"Já são mais de 15 anos de mergulho no universo indígena e serão necessários pelo menos mais 10, quem sabe 20 anos, para esquadrihar e revelar a diversidade étnica dos povos originários do Brasil. Quero mostrar rostos, valorizar culturas, respeitar identidades, dar visibilidade. Quem não é visto corre o risco de ser esquecido!", diz.

O projeto Ameríndios do Brasil é um trabalho ambicioso, quase uma epopeia, que pretende documentar a diversidade étnica brasileira neste início de século 21, como fizeram a seu tempo os pesquisadores e naturalistas Hercule Florence e Visconde de Taunay, na Expedição

CONT.



Barão de Langsdorf; o médico e botânico Carl Friedrich Philipp von Martius; e Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua Viagem Filosófica sobre a Amazônia.

Um trabalho que exige fôlego e competência, além de intimidade e respeito aos povos retratados.

Também pudera, as mais de 305 nações indígenas espalhadas pelo território nacional, incluindo os índios arredios, constituem 896,9 mil pessoas, que falam 274 idiomas diferentes.

De perto

Foram incontáveis temporadas que o fotógrafo passou em territórios indígenas, participando das atividades cotidianas, rituais nas aldeias e registrando tudo com seu olhar diferenciado.

Nascido em Minas Gerais, e morador da capital paulista, Renato Soares já possui um generoso mapeamento fotográfico de tribos do Alto Xingu (Yawalapiti, Kamayurá, Kalapalo, Waurá, Mehinako, Naufukuá e Kuikuro), da região amazônica (Matis, Marubo, Matsé, Tikuna, Kaiapó), além dos Pataxó (BA), Krahô (TO), Pankararu (PE), Xavante (MT), Guarani (ES/SP), entre tantos outros.

A próxima viagem de Renato Soares está prevista para setembro, na aldeia dos índios Bororo (MT), pertencentes ao grupo linguístico macro-Jê.

Para conhecer um pouco mais da obra do "fotógrafo dos índios", com um acervo de mais de 100 mil imagens, é só visitar o site www.imagensdobrasil.art.br

Mergulhe no trabalho do Renato neste filme, com fotos dele realizadas no Xingu:



Famílias retiradas de terra indígena ocupam sede do Incra em São Luís

SÍTIO G1, 22.08.2014

Representantes de 50 famílias de agricultores protestam no Incra. Desde a desocupação, agricultores acampam em Pedro do Rosário.

Representantes de 50 famílias de agricultores que foram retirados pela Justiça do território indígena dos Awa-Guajá estão acampados na área externa da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em São Luís, como forma de protesto.

"Nós estamos esperando pagar a terra e o Incra dividir a terra entre nós, nosso benefício que a gente está precisando para trabalhar", reclama o morador sem terra, Paulo Carvalho.

Há quatro meses, os agricultores montaram um acampamento em Pedro do Rosário para esperar uma resposta, que ainda, não tiveram. Por isso, eles vieram protestar em São Luís. Nessa quarta-feira (20), houve uma reunião com os representantes do Incra, mas terminou sem acordo.

A superintendente do Incra no Maranhão Maria Fátima Santana diz que o processo de desapropriação das terras pretendidas pelos agricultores está em fase final de aprovação em Brasília, mas sem previsão para o fim do processo. "A solução seria eles aceitarem irem para um de nossos assentamentos que tem vagas", explica.

Os agricultores acampados no Incra também aguardam uma reunião com a Justiça Federal para pedir ajuda para acelerar na concessão dos assentados. O Incra diz que está disponibilizando cestas básicas para as famílias que aguardam o término do processo do assentamento.



Cultural defense - Indígenas são absolvidos das acusações de tortura

SÍTIO COAD, 22.08.2014

Três índios caingangues foram inocentados das acusações de tortura contra uma mulher da mesma tribo, que foi acorrentada a um tronco durante horas e ameaçada pelos réus. A mulher, que estava grávida, foi castigada por ter desrespeitado as regras locais, afrontando o cacique da tribo e, após ser solta, foi expulsa do acampamento indígena localizado no município de Mato Castelhana. A sentença é desta última quinta-feira, 21/8.

Ao analisar o caso, o Juiz de Direito Orlando Faccini Neto, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Passo Fundo, entendeu que o caso em análise se trata de um tipo de cultural defense, isto é, foram seguidas as regras de sua própria cultura.

Caso

Em 8/3/10, no Acampamento Indígena do Município de Mato Castelhana, situado na BR-285, Km-270, os acusados submeteram a mulher, uma gestante sob poder e autoridade do cacique da tribo, a um castigo porque ela defendeu o direito de sua filha e genro mudarem de acampamento indígena, o que foi rechaçado pelos acusados.

Ela foi puxada para fora de casa, arrastada por cerca de 100 metros até um campo, localizado em frente à sua residência, onde permaneceu acorrentada em um tronco, com correntes e cadeado, por cerca de quatro horas. Ela ainda teria sido ameaçada e injuriada.

Os réus, que foram denunciados pelo Ministério Público pelo crime de tortura, se defenderam, argumentando acreditarem que as regras estabelecidas por eles são as suas próprias leis, levando em conta seu modo de vida, e costumes.

Decisão

O magistrado considerou que as medidas tomadas pelos caingangues fazem parte da cultura daqueles indígenas. Como, por exemplo, o ato de amarrar alguém a um tronco por horas a fio, a fim de que expie erros e infrações às normas internas da tribo.

Na espécie, o instrumento que lesou e, de certa forma, restringiu a liberdade da vítima, era o meio ao alcance dos acusados, representantes legítimos daquele grupo indígena, de corrigir o comportamento do membro, para eles, infrator, afirmou o magistrado. Infrator num contexto de generalidade, porque o direcionamento da normativa indígena, aqui, não reunia particularidades concernentes à condição feminina da vítima, razão por que propendia a atingir todos aqueles que o violassem, acrescentou.

CONT.



Assim, o Juiz diferenciou este caso de outros, que, embora virtualmente relacionados a manifestações de grupos, encontrariam solução diversa, como a excisão do clitóris feminino, praticada por certos grupos culturais. É que, nesta hipótese, segundo o magistrado, estaria em causa desde logo um rebaixamento da dignidade feminina, visto que à mulher, com a excisão, atribui-se meramente um papel de reprodutora, o que não aconteceu no caso sob julgamento, em que a punição era prevista para a generalidade dos membros da tribo, inclusive em documento que era do conhecimento de todos.

Na análise do julgado, não haveria outra forma de assegurar o caráter de prevenção negativa e de afirmação da vigência das normas internas da tribo, exceto do modo como a medida adotada representou. Segundo o magistrado, o castigo, neste caso, não partiu de uma demonstração pura e simples da autoridade do cacique, senão de um processo que se poderia aduzir como democrático, com a finalidade primeira de reeducar índios problemáticos.

Com base em lições de doutrina, os réus tiveram o reconhecimento da cultural defense, que, segundo o Juiz, exclui a culpabilidade.

Processo: 2100012312-9 (Passo Fundo)

FONTE: TJ-RS



Indígenas culpam UFGD por evasão exagerada na Faculdade Intercultural
SÍTIO O EDUCACIONISTA, 22.08.2014

O PROGRESSO - ON LINE - MS

Indígenas que cursam a Faculdade de Ciências Humanas na Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) estão revoltados com o valor da Bolsa Permanência paga pela instituição. "O Ministério da Educação, no próprio Programa de Bolsa Permanência, fixa em até R\$ 900 o valor mensal a que temos direito, mas, por culpa da UFGD, estamos recebendo R\$ 900 por bimestre, ou seja, uma média de R\$ 450 por mês", reclama a cacique da Aldeia Taquara, Dirce Veron, que falou em nome dos demais acadêmicos. "Fomos à coordenação do MEC dentro da UFGD e a informação é que não estamos recebendo o valor devido porque a nossa instituição não prestou as informações corretas ao ministério e dentro da universidade ninguém se manifesta a respeito", conclui a acadêmica de Ciências Humanas.

Ela relata que os estudantes indígenas chegaram a se mobilizar para cobrar uma resposta da UFGD, mas que poucos acadêmicos acabam se manifestando por medo de retaliação. "Não estamos pedindo favor, pelo contrário, estamos defendendo apenas o nosso direito", observa. O Ministério da Educação define o Bolsa Permanência como um auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. Esse recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

A líder indígena ressalta que o valor de até R\$ 900 mensais é garantido para minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. "O Ministério da Educação explica que o valor é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, mas que para os estudantes indígenas e quilombolas é assegurado um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes", observa.

De acordo com Dirce Veron, esse valor é diferenciado em razão das especificidades dos indígenas e quilombolas com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal. "Ao pagar apenas R\$ 900 bimestrais, ao invés dos R\$ 900 mensais, a Faculdade Intercultural Indígena acaba incentivando a evasão acadêmica dos índios, mesmo porque esse valor é insuficiente para cobrir despesas com estadia, alimentação e transporte", reclama Dirce Veron. "De um total de 70 acadêmicos que iniciaram o curso superior, menos de 40 continuam em sala de aula, com o agravante que dos 227 estudantes na FAIND, menos de 130 estão frequentando o curso", conclui.

Ainda de acordo com a líder indígena, houve erro da UFGD ao avaliar o curso de Ciências Sociais da Faculdade Intercultural Indígena, que tem duração de 4 anos e meio, com tempo

CONT.



universidade e tempo comunidade. "Os responsáveis em repassar as informações ao Programa de Bolsa Permanência entenderam que os acadêmicos indígenas teriam direito ao benefício apenas durante os 15 dias de tempo universidade, mas é preciso deixar claro que estamos estudando durante o tempo comunidade, mesmo porque os professores da Faculdade Intercultural Indígena vão até as aldeias ministrar aulas durante esse período em que estamos fora da sala de aula", observa Dirce Veron.

Outra reclamação da líder indígena diz respeito à oferta de cursos na Faculdade Intercultural Indígena. "Atualmente, eles ofertam apenas curso com licenciatura, ou seja, os formandos podem apenas dar aula, mas como as prefeituras não contratam professores indígenas precisamos que novos cursos sejam oferecidos para que possamos atuar em outras áreas", finaliza Dirce Veron.

A assessoria de comunicação da UFGD informou, por meio de nota, que o valor é estabelecido pelo Ministério da Educação que, no caso de indígenas e quilombolas aldeados e matriculados no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, é de R\$ 900,00, que são pagos no limite máximo de até 6 meses, durante os períodos de atividades pedagógicas na universidade. No caso dos estudantes da UFGD, que participam de quatro tempos na Instituição, eles recebem pelo respectivo período e não mensalmente.

"Destacamos que todo o processo de cadastro e pagamento da bolsa é feito pelo próprio programa vinculado ao Ministério da Educação. A UFGD apenas recebe e analisa os documentos comprobatórios do estudante e homologa o recebimento da bolsa". O aluno recebe um cartão de pagamento de benefício direto do governo federal e recebe via Banco do Brasil, em conta indicada por ele próprio.

Sobre a transformação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena para bacharelado, reitera-se que a graduação é específica para a formação de professores, habilitando os graduandos em quatro áreas para atuarem em salas de aula. Mesmo assim, a Faculdade sempre esteve aberta à comunidade acadêmica e aos movimentos sociais indígenas e do campo para discutir assuntos pertinentes ao projeto pedagógico de cada curso e continua disposta a realizar estudos no sentido de atender o pleito, se for o caso.

Enfim, ressaltamos que já integra a próxima fase de expansão da UFGD, com aprovação do Conselho Universitário, três novos cursos na Faculdade Intercultural Indígena, sendo um em Saúde Coletiva, outro em Gestão Territorial e Sustentabilidade e um em Pedagogia Intercultural.



Quilombolas de SE lutam para manter antigas tradições populares

SÍTIO G1, 22.08.2014

Samba de roda é uma forma de preservar os costumes dos antepassados. Músicas e vestes são inspiradas na cultura africana.

Do Globo Rural

Nesta sexta (21) é comemorado o Dia do Folclore. Em Sergipe, uma comunidade quilombola luta para manter uma das mais antigas tradições populares do estado: o samba de roda.

A lida no campo já começa com música para animar o dia das 150 famílias que vivem na comunidade quilombola Patioba, que fica em Japaratuba, leste de Sergipe.

O sustento vem do milho verde. O ritmo de trabalho é intenso para tentar colher 10 mil espigas até o final de setembro, quando termina a safra, mas depois que o dia acaba na roça, as agricultoras têm outro compromisso. É hora de vencer o cansaço e se divertir em um grupo de dança.

A comunidade quilombola tem no samba de roda uma maneira de preservar os costumes dos antepassados. Ao som de músicas africanas, elas rodopiam enquanto agitam as saias, feitas para lembrar às que eram usadas pelas escravas.

A tradição é passada entre as gerações. Filhas e netas de Dona Juliana dos Santos, de 79 anos, também dançam o que ela aprendeu ainda pequena em casa.

A herança é mantida com orgulho pelo grupo. "A gente está buscando nosso resgate para não deixar acabar, estamos na luta pela preservação do samba de roda. É muito gratificante e eu adoro participar dessa brincadeira maravilhosa", diz a agricultora Sueli Leite.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2014

Brasília, 22 de agosto de 2014.

Quilombolas maranhenses cobram rapidez na titulação de terras

SÍTIO PORTAL EBC, 22.08.2014

Nesta sexta-feira (22), ocorre a 2ª Marcha Internacional contra o Genocídio do Povo Negro

O Jornal da Amazônia 2ª Edição desta sexta-feira (22) destaca ainda um desmoronamento de terra no garimpo Bom Futuro, ocorrido nesta quinta-feira, em Rondônia, que deixou três pessoas morreram e uma ficou ferida. A perícia feita no local do acidente concluiu que o desmoronamento de terra foi causado pelo trabalho de máquinas pesadas na área. A Polícia Civil informou que vai investigar o acidente e interrogar as pessoas que trabalham no garimpo.

Durante o período da propaganda eleitoral gratuita, o Jornal da Amazônia 2ª Edição passa a ser transmitido de segunda a sexta, das 13h20 às 13h30. Acompanhe.



Governo realiza mapeamento de áreas de risco em Terra Indígena

SÍTIO PORTAL BRASIL, 22.08.2014

Dados levantados durante visita irão orientar adoção de medidas para minimizar problemas na região da área indígena

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) informa que equipe técnica e institucional do governo federal realizou vistoria na área indígena Ibirama-La Klãnõ, no estado de Santa Catarina, para diagnosticar aspectos dos processos de movimento de massa e de inundações gerados pela dinâmica da barragem de contenção de cheias do Rio Hercílio, que corta a Terra Indígena.

Os dados levantados durante a visita dos técnicos visam orientar a adoção de medidas para minimizar ou sanar os problemas que atingem as residências, pontes e as vias de acesso da região.

Com a finalidade de orientar ações e medidas a serem tomadas para atender às demandas da Terra Indígena, os pesquisadores da CPRM constataram a necessidade de elaboração da carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação.

Carta de suscetibilidade

Em reunião realizada na primeira quinzena de agosto, para avaliar o relatório da vistoria, a CPRM se comprometeu em elaborar a carta de suscetibilidade, com previsão de conclusão para a segunda quinzena de setembro. A carta vai identificar as alternativas locais de novas edificações residenciais, e indicar os pontos de interrupções de pontes e das vias de acesso.

"A complexidade do tema, aliado ao grau de risco que atinge a comunidade indígena, requer ações de caráter emergencial, principalmente na realocação de casas em áreas de rastejo e a contenção do talude na escola da comunidade", destaca o diretor Thales Sampaio.

Fonte:
Serviço Geológico do Brasil